

COMUNICADO SDG Nº 19/2015

O Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, no cumprimento de disposição legal, divulga, no trabalho a seguir, um amplo estudo sobre a incidência dos alertas nos exercícios de 2.011, 2.012 e 2.013, apresentando a quantidade emitida ano a ano; a quantidade de motivos que ensejaram os pareceres desfavoráveis, em contraposição aos motivos que ensejaram os alertas; relação dos municípios com parecer desfavorável em mais de um exercício; municípios que reincidiram em parecer desfavorável e em alertas; ranking dos alertados e daqueles com maior número de motivos para a emissão de alerta.

Ao inserir na Lei de Responsabilidade Fiscal o §1º do artigo 59, o legislador contou com a certeza de que os Tribunais de Contas exerceriam um controle sobre as contas públicas em tempo suficiente curto entre os atos de governo ou de gestão e seus efeitos, de maneira a poder empreender uma ação que possibilitasse ao administrador fazer uma correção de rota e retomar o equilíbrio na execução do orçamento.

Trata-se do alerta a ser expedido quando forem constatadas, pelos Tribunais, as situações lá descritas.

Destina-se, pois, esse estudo, ao acompanhamento, pelos interessados, do grau de responsabilidade exigido pela lei no trato com a coisa pública, avaliando as medidas implementadas pelos administradores na correção dos desvios fiscais ocorridos no passado, com vistas a um melhor desempenho no futuro.

SDG, 05 de maio de 2015
SÉRGIO CIQUERA ROSSI
SECRETÁRIO-DIRETOR GERAL

Republicado com atualização na quantidade de municípios

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO – TCESP

ALERTAS E PARECERES DESFAVORÁVEIS – 2011 A 2013

INTRODUÇÃO

O Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (TCESP), no cumprimento de seu mandato Constitucional e demais regramentos, em especial aquele ditado pela Lei Complementar 101, de 04 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF), emite alertas aos municípios jurisdicionados quanto ao desempenho de suas contas e o cumprimento das metas legalmente estabelecidas.

O não atendimento às recomendações do TCESP, bem como o continuado descumprimento das disposições legais por parte do poder executivo municipal, enseja a emissão de pareceres desfavoráveis nas contas anuais.

Um parecer desfavorável pode ser baseado em mais de um motivo dentre as diversas categorias estabelecidas, como por exemplo, o não cumprimento dos índices mínimos de despesa com educação, saúde e pessoal, ou ainda, endividamento, restos a pagar e outros.

O presente trabalho analisa primeiramente a quantidade de alertas emitidos pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (TCESP) nos exercícios de 2011, 2012 e 2013 separados nas categorias: **Ensino, Saúde e LRF**.

Na sequência são apresentados os quantitativos dos motivos que ensejaram a emissão de pareceres desfavoráveis por parte dos Excelentíssimos Senhores Conselheiros desta Corte de Contas, nos mesmos exercícios, catalogados por sua natureza.

Analizamos em seguida, o trabalho das Diretorias de Fiscalização e das Unidades Regionais, quanto à geração dos alertas e a motivação para emissão de pareceres desfavoráveis correspondentes às suas respectivas jurisdições.

De posse dos alertas por município e dos pareceres desfavoráveis com sua motivação, obtivemos um cruzamento de dados que apresenta quais os municípios que reincidem nos exercícios analisados, em irregularidades apontadas e na emissão de pareceres desfavoráveis.

Vale ressaltar, no entanto, que nem sempre ao maior número de alertas pode corresponder parecer desfavorável. Nas análises quanto ao volume de alertas emitidos, nos três exercícios verificados, pode se verificar que municípios com setenta alertas em um único exercício podem não ter recebido parecer desfavorável.

A última classificação apresentada neste trabalho, separadamente em cada um dos exercícios, corresponde ao volume de motivos para parecer desfavorável por município.

Por fim, ressaltamos artigo publicado pelo Tribunal, disponível no Portal Institucional, <http://www4.tce.sp.gov.br/sites/default/files/o-alerta-dos-tcs-1.pdf> que reproduzimos a seguir, que muito bem esclarece o papel dos Tribunais de Contas e a importância dos alertas:

“O ALERTA DOS TRIBUNAIS DE CONTAS:

O § 1º do art. 59 da Lei de Responsabilidade Fiscal determina função especial para os Tribunais de Contas, o de alertar o ente estatal como um todo, e, em particular, os Poderes que o compõem, isto claro, quando houver infringência, ou risco de infringência, a preceitos básicos de gestão do dinheiro público.

Eis a objetivação legal do estratégico controle simultâneo, que pode evitar, em tempo hábil, correção na marcha orçamentária por parte do gestor notificado.

Em suma, objetiva o alerta fazer com que as autoridades adotem rápidas providências para o adequado ajuste da despesa, conforme a lei orçamentária anual.

Mediante a análise periódica e sistemática dos relatórios de execução orçamentária e de gestão fiscal, o Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, com base no Sistema Audesp, acompanha a execução orçamentária do Estado e dos 644 municípios jurisdicionados, alertando seus titulares quanto à iminência de desvios fiscais, quais sejam:

Comprometendo as metas fiscais da lei de diretrizes orçamentárias (LDO), as receitas vêm evoluindo abaixo do esperado e, apesar disso, os Poderes estatais ainda não iniciaram a contenção da despesa não-obrigatória, mediante a limitação de dotações e quotas financeiras.

- Os Poderes do Estado e dos Municípios, bem assim o Ministério Público e o próprio Tribunal de Contas vêm gastando, com pessoal, mais que 90% do específico limite.*

- O nível de endividamento de longo curso atingiu 90% do limite atribuído ao Estado (200% da receita corrente líquida) e aos Municípios (120% da receita corrente líquida)
- Realizadas no exercício, as operações de crédito excederam 14,4% da receita corrente líquida, ou seja, 90% do limite estabelecido na Resolução nº 40/2001, do Senado (16%).
- O saldo das Garantias transpôs 28,8% da receita corrente líquida, ou seja, 90% do parâmetro definido na Resolução Senatorial n.º 3/2002 (32%).
- Os custos de determinados programas já superaram aquilo que se previu na lei de diretrizes orçamentárias.
- Há risco de não se concretizarem os resultados operacionais anunciados no anexo de metas e prioridades da lei de diretrizes orçamentárias.
- Índícios de irregularidade na gestão orçamentária.

O ato do alerta pode dar-se mediante ofício, publicação no Diário Oficial ou qualquer outra forma que o Tribunal de Contas entenda eficaz. No caso desta Corte acontece por notificação eletrônica, mediante o Sistema Audesp.

O instituto do alerta vem sendo, cada vez mais, reconhecido pelas Cortes do Judiciário; eis o que decidiu o Tribunal Superior Eleitoral:

“O Tribunal Superior Eleitoral – TSE, no julgamento do Recurso Especial Eleitoral RESPE nº 8502, considerou que a inobservância aos alertas emitidos pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo – TCESP configura dolo a ensejar a declaração de inelegibilidade de candidato à prefeitura municipal por improbidade administrativa, nos termos do art. 1º, inciso I, alínea g, da Lei Complementar nº 64/1990.

O recurso foi interposto no pedido de registro de candidatura de José Carlos Calza ao poder executivo de Descalvado, o qual teve as contas relativas aos exercícios de 2007 e 2008 rejeitadas pela Câmara Municipal com base nos pareceres prévios desfavoráveis emitidos por esta Corte de Contas”.

De seu lado, assim decidiu o Superior Tribunal de Justiça:

“Na espécie, o Prefeito, não obstante os sucessivos alertas emitidos pelo Tribunal de Contas do Estado, ampliou, em 75%, a indisponibilidade financeira apurada em 31 de abril de 2004, período em que estava impedido de comprometer receitas em montante superior às que pudessem ser liquidadas no curso do exercício..... É de se entender, portanto, configurado o dolo (ainda que eventual), manifesto na vontade livre e consciente de contrair despesa em nome do município nos dois últimos quadrimestres de seu mandato que não podiam ser cumpridas integralmente dentro dele.... (STJ, 2ª. Turma, AgRg no Agravo de Instrumento nº 1.282.854-SP, rel. Min. Mauro Campbell Marques, 15/03/2011).

Então, os alertas das Cortes de Contas ganham especial significado. Se o Prefeito for notificado que, sob a atual marcha orçamentária, o Município não cumprirá os 25% da Educação ou, talvez, os 15% da Saúde e, mesmo assim, se omite ele à correção de rota, nesse passo, o desrespeito à Constituição e à lei passa a ter feição intencional, premeditada, dolosa.

Acesse a página de Alertas no Portal do Cidadão:

-http://www.portaldocidadao.tce.sp.gov.br/roteador_municipio/alertas

Clique para conferir o Guia para Consulta de Relatórios e Alertas:

-<http://www4.tce.sp.gov.br/sites/default/files/guia-de-consulta-do-relatorio-de-alerta.pdf>".(Extraído do sítio internet do E. Tribunal de Contas do Estado de São Paulo em 08/06/2013)

I – ALERTAS AUDESP

Foram selecionados do sistema AUDESP, o alerta emitido em, basicamente, três assuntos:

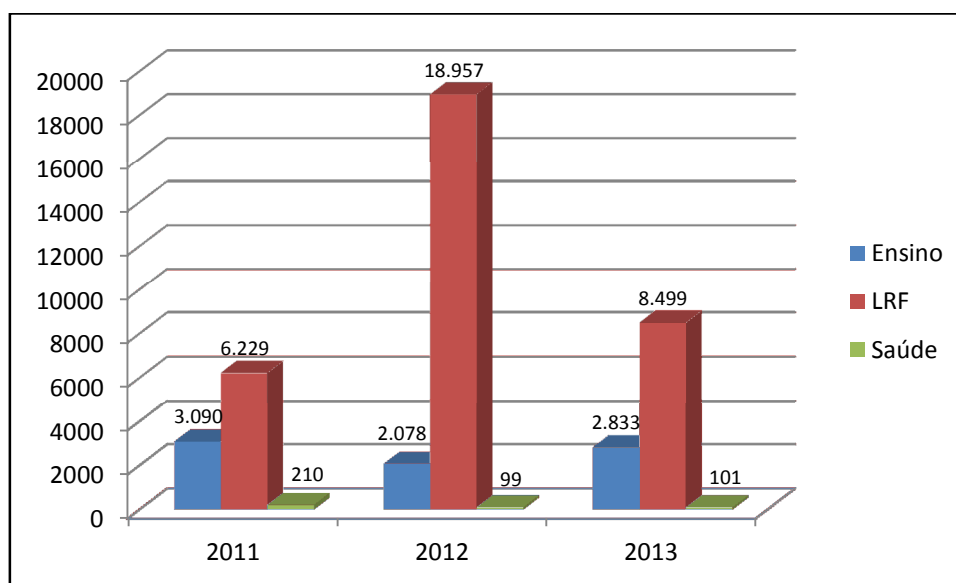
- Saúde
- Ensino
- Descumprimento da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF)

Nos exercícios de 2011, 2012 e 2013 verifica-se aumento expressivo da atividade de emissão de alertas pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (TCESP) no exercício de 2012, retornando para patamares equivalentes ao início desta análise, conforme se pode verificar na tabela abaixo e gráfico adiante:

Tabela 01 – Alertas emitidos pelo TCESP – base 644 municípios do Estado de São Paulo

ALERTAS	ENSINO	LRF	SAÚDE	TOTAL DE ALERTAS
2011	3.090	6.229	210	9.529
2012	2.078	18.957	99	21.134
2013	2.833	8.499	101	11.433

Gráfico 01 – Alertas emitidos pelo TCESP – base 644 municípios do Estado de São Paulo



II – PARECERES DESFAVORÁVEIS ¹

Quanto aos pareceres desfavoráveis em contas dos municípios do Estado de São Paulo, as decisões por parte dos Excelentíssimos Senhores Conselheiros estão relacionadas aos motivos:

- Livros/contabilidade
- Educação
- Ed. Fundamental
- Magistério
- Déficit
- Previdência
- Pessoal
- Saúde
- LRF
- Restos a pagar
- Precatórios
- Outras irregularidades ²

1 – As contas com parecer desfavorável são passíveis de pedido de Reexame, nos termos do Art. 70 § único e Art. 71, da LC nº 709/93 e Art. 159 a 164 do Regimento Interno. Oportunamente, após o prazo para apreciação do recurso, será divulgado o resultado final do número de pareceres desfavoráveis e seus motivos.

2 – Neste item são classificados motivos associados ao não cumprimento das instruções do TCESP e assuntos eventualmente não contemplados nas categorias precedentes.

Começando pelo exercício de 2011, registram-se **81** contas com parecer desfavorável, tendo sido apontados **219** para tanto, o que representa **2,7** motivos para cada conta com emissão de alertas na fase de instrução, conforme se verá adiante nas listas de alertas por município.

Tabela 02 – Motivos do Parecer Desfavorável em 2011

Motivos do parecer desfavorável	Total
OUTRAS IRREGULARIDADES	72
ED. FUNDAMENTAL	32
PRECATÓRIOS	24
DÉFICIT	24
LRF/RESTOS A PAGAR	15
EDUCAÇÃO	12
PESSOAL	12
LIVROS/CONTABILIDADE	11
MAGISTÉRIO	9
PREVIDÊNCIA	5
SAÚDE	3
TOTAL GERAL	213

Nesse exercício, como se pode verificar, a principal motivação identificável para a emissão do parecer desfavorável é o descumprimento das exigências legais com motivos diversos, seguidos pelos de natureza financeira agrupados a partir de Déficit, Precatórios e Restos a pagar, os quais totalizaram 63 motivos.

A educação é um item que se analisado em conjunto, considerando três motivos como Educação Fundamental e Magistério, com 53 motivos no total.

No ano de 2012 ocorre declínio da quantidade de pareceres desfavoráveis, totalizando 49 casos.

Para fundamentar esses pareceres os motivos foram apontados 137 vezes, conforme listado abaixo, sendo a natureza financeira, representada por Déficit, Precatórios e Restos a pagar, novamente, o agrupamento de maior incidência dentre todos.

Tabela 03 – Motivos do Parecer Desfavorável em 2012

Motivos do parecer desfavorável	Total
OUTRAS IRREGULARIDADES	34
DÉFICIT	32
PRECATÓRIOS	21
LRF/RESTOS A PAGAR	20
PREVIDÊNCIA	13
PESSOAL	6
ED. FUNDAMENTAL	6
LIVROS/CONTABILIDADE	3
EDUCAÇÃO	1
MAGISTÉRIO	1
SAÚDE	0
TOTAL GERAL	137

Embora com volume não tão relevante, a previdência assume o quinto lugar na classificação acima, com 13 casos em 2012 contra 5 casos em 2011.

Em 2013, até o momento da publicação deste trabalho, o volume total de motivos que ensejam parecer desfavorável ainda se encontra em processo nas instancias do E. TCESP e conta 4 contas, tendo 3 delas sido apontadas como outras irregularidades e 1 apontada como Educação.

III – ALERTAS E PARECERES DESFAVORÁVEIS POR DIRETORIAS DE FISCALIZAÇÃO E UNIDADES REGIONAIS

Os alertas emitidos para os municípios sob a ótica das Diretorias de Fiscalização e Unidades Regionais apresentam um expressivo aumento entre 2011 e 2012, inclusive no que tange à média de alertas por município.

Tabela 05 – Alertas e motivos de pareceres desfavoráveis – Diretorias de Fiscalização e Unidades Regionais – 2011

DF/UR	ALERTAS - 2011	Total de motivos do parecer desfavorável	Municípios alertados da DF/UR	Média de alertas por município
DF-02	49	6	5	9,80
DF-03	50		4	12,50
DF-04	83		4	20,75
DF-05	80	3	4	20,00
DF-06	69	2	4	17,25
DF-07	63		4	15,75
DF-08	55		3	18,33
DF-09	65	8	5	13,00
DF-10		7		
UR-01	590	10	38	15,53
UR-02	567		41	13,83
UR-03	503	26	31	16,23
UR-04	596		41	14,54
UR-05	570		37	15,41
UR-06	481	33	34	14,15
UR-07	371		24	15,46
UR-08	704		49	14,37
UR-09	557	31	39	14,28
UR-10	392	15	27	14,52
UR-11	542		43	12,60
UR-12	187		14	13,36
UR-13	592	3	37	16,00
UR-14	359		24	14,96
UR-15	280	9	21	13,33
UR-16	472	70	30	15,73
UR-17	334	10	23	14,52
UR-18	322		22	14,64
UR-19	425		26	16,35
UR-20	166		9	18,44
Total geral	9.524	233	643	14,81

Nota: Foi considerada a distribuição dos municípios em vigor em 2013

Ainda na **Tabela 05**, observa-se que a maioria dos alertas ocorre sob a jurisdição da UR-08, com 704 emissões para 49 municípios, sem incidência de parecer desfavorável, enquanto a maior média de alertas por municípios ficou com DF-04, com 20,75 alertas para cada um de seus 04 municípios jurisdicionados (Vide apêndice adiante).

Tabela 06 – Alertas e motivos de pareceres desfavoráveis – Diretorias de Fiscalização e Unidades Regionais – 2012

DF/UR	ALERTAS – 2012	Total de motivos do parecer desfavorável	Municípios alertados da DF/UR	Média de alertas por município
DF-02	189	14	5	37,80
DF-03	138		4	34,50
DF-04	129		4	32,25
DF-05	147	7	4	36,75
DF-06	140	6	4	35,00
DF-07	130		4	32,50
DF-08	99	4	3	33,00
DF-09	169	15	5	33,80
UR-01	1.247	44	38	32,82
UR-02	1.390		41	33,90
UR-03	1.074	46	31	34,65
UR-04	1.347		41	32,85
UR-05	1.222		37	33,03
UR-06	1.157	74	34	34,03
UR-07	777		24	32,38
UR-08	1.563		49	31,90
UR-09	1.236	59	39	31,69
UR-10	929	33	27	34,41
UR-11	1.393		43	32,40
UR-12	471		14	33,64
UR-13	1.160	29	37	31,35
UR-14	754		24	31,42
UR-15	649	17	21	20,94
UR-16	1.016	36	30	33,87
UR-17	754	31	23	32,78
UR-18	649		22	29,50
UR-19	806		26	31,00
UR-20	329	18	9	36,56
Total geral	21.064	433	643	32,26

Nota: Foi considerada a distribuição dos municípios em vigor em 2013

No exercício de 2012 a maior incidência de alertas permanece entre os municípios jurisdicionados da UR-08 mas a maior média de alertas por município é da DF-02 com 37,80 alertas por município. Nota-se também expressivo aumento no número de alertas emitidos neste exercício bem como no número de motivos para os pareceres desfavoráveis.

IV - MUNICÍPIOS COM PARECERES DESFAVORÁVEIS EM MAIS DE UM EXERCÍCIO

Considerando a lógica Alerta – Irregularidade – Parecer Desfavorável, há casos onde o município que incorre em irregularidades que conduzem ao parecer desfavorável, repete nos dois exercícios analisados as mesmas irregularidades, gerando, em consequência, parecer desfavorável nesses exercícios.

Tais reincidências ao longo dos exercícios sequenciais 2011 e 2012, são apresentadas na Tabela 08 adiante.

Tabela 08 – Municípios com pareceres desfavoráveis nos exercícios de 2011 e 2012

Município	TC 2011	Motivos 2011	TC 2012	Motivos 2012
Alambari	1495/026/11	Desequilíbrio orçamentário; quadro de pessoal (cargos em comissão); ensino (ideb)	2084/026/12	Precatórios; déficit orçamentário (3,49%); falhas que reforçam: planejamento das políticas públicas; lei de acesso à informação e a lei de transparência fiscal; controle interno; influência do resultado orçamentário sobre o financeiro; dívidas de curto prazo; dívida ativa; fiscalização das receitas; demais despesas elegíveis para análise; licitação; execução contratual; abastecimento e distribuição de água; coleta e tratamento de esgoto; análise do cumprimento das exigências legais; fidedignidade dos dados enviados ao sistema audesp; TCE
Altinópolis	1255/026/11	Planejamento do orçamento (loa 30% abertura de créditos adicionais; créditos suplementares por anulação e por superávit 58,97%), consequentemente ao resultado orçamentário e ao financeiro; ausência de recolhimento de parcelas do inss, competência 2011	1844/026/12	Artigo 42 da LRF; déficit orçamentário (4,37%); não recolhimento da contribuição previdenciária

Município	TC 2011	Motivos 2011	TC 2012	Motivos 2012
Alumínio	1481/026/11	Fundeb (99,46%); déficit (21,74%); abertura de créditos adicionais (65%) ; resultado financeiro e econômico negativos; ausência de liquidez; falta de confiabilidade nas peças contábeis; divergência de saldo entre dívida ativa e contabilidade	2070/026/12	Déficit orçamentário (3,26%); déficit financeiro; compensações previdenciárias indevidas (sem autorização judicial ou administrativa pela LRF); artigo 42 da LRF/restos a pagar
Americana	0876/026/11	Descompasso orçamentário e financeiro; abertura de créditos adicionais(89,01%); precatórios(depósito insuficiente; ausência de sistema eficaz de controle de saldo); remanejamento de recursos entre diferentes categorias sem prévia autorização legislativa; ausência de recolhimento das contribuições previdenciárias, inclusive valores retidos dos serv. Ao instit. Previd. Municipal	1465/026/12	Ensino global (24,05%); fundeb (97,44%); precatórios; encargos sociais (falta de recolhimento do INSS e previdência municipal); déficit orçamentário (10,18%); déficit financeiro; elevada dívida de curto prazo; artigo 42 da LRF; adiantamentos; gastos com combustíveis; tesouraria (sonegação de informação); inobservância da ocp; paralisação de várias obras (por falta de repasses de convênios em decorrência da ausência da certidão negativa de débitos, fruto da má gestão fiscal); falhas no quadro de pessoal; 180 dias de mandato; pessoal (54,27%); aplicação dos recursos advindos de alienação de ativos (sem qualquer indicação sobre a sua utilização); abertura de créditos adicionais e transferência, remanejamento e transposição de créditos (56,3%); fiscalização das receitas (falta de adoção de providências para cobrança do issqn)
Américo Brasiliense	1256/026/11	Transferência p/ a cm (7,26%); déficit orçamentário;aumento da deficiência financeira; dívida de curto prazo	1845/026/12	Precatórios(pagamentos); compensação irregular dos valores devidos ao inss; aumento da dívida de longo prazo

Município	TC 2011	Motivos 2011	TC 2012	Motivos 2012
Apiaí	1068/026/11	Excessiva abertura de créditos adicionais (92,16%); déficit orçamentário; precatórios; LRF	1657/026/12	Artigo 42 da LRF; situação orçamentária e financeira comprometida; descaracterização do planejamento orçamentário (76,03% da despesa prevista); fundeb (98,28%)
Araçariguama	1482/026/11	Encargos sociais (regime próprio de previdência social); déficit (7,32%); abertura de créditos adicionais (62,05%); resultado financeiro; aumento da dívida de curto prazo; insuficiência financeira frente aos restos a pagar; alertas emitidos pelo TCE sem providência eficaz; falhas em diversos itens como da, ocp, licitações e contratos e outros	2071/026/12	Compensação de contribuições previdenciária unilateral (inadimplência com o inss); art. 42/LRF; despesa com propaganda; precatórios
Barra do Chapéu	1483/026/11	Repasses à câmara (7,23% alterado para 7,09%) - excluído: precatórios	2072/026/12	Procedimentos irregulares praticados em detrimento à loa (abertura de créditos suplementares 50%; autorização incorreta de transposição, remanejamento e transferência de créditos); desequilíbrio financeiro e orçamentário; violação ao artigo 59, § 1º da Lei 4320/64 (empenhou mais do que o duodécimo da despesa prevista)
Barrinha	1269/026/11	Fundeb (97,76%); déficit(13,08%); créditos adicionais (86,23%); aumento das dívidas de curto e longo prazos; não atendimento às metas do ideb	1858/026/12	Fundeb (91,64%); pessoal (55,50%); precatórios (baixa indevida dos depósitos realizados)

Município	TC 2011	Motivos 2011	TC 2012	Motivos 2012
Bebedouro	1271/026/11	<p>Fundeb (99,58%); precatório (depósito em quantia inferior): déficit orçamentário (9,46%); créditos suplementares em percentual incompatível com inflação; insuficiência com gastos em ensino; saúde-índice não reflete o investimento; gastos com gratificação de representação sem amparo legal; despesas em licitação e sem prévio empenho; contratação onerosa; área de pessoal (sem legislação que defina atribuições de servidores)</p>	1860/026/12	<p>Déficit orçamentário (11,20%); déficit financeiro; ausência de disponibilidade financeira para pagamento de dívida de curto prazo; artigo 42 da LRF; precatórios; ocp; encargos sociais (falta de recolhimento à prev. Municipal); artigo 1º da LRF</p>
Birigui	0895/026/11	<p>Inúmeras ilicitudes e irregularidades constatadas e amplamente detalhadas pela fiscalização, referente à exploração dos serviços de água e esgoto; débitos de agentes políticos; licitações e contratações; quadro de pessoal; desaparecimento de processo destinado à cobrança da dívida ativa e outras</p>	1484/026/12	<p>Déficit orçamentário (5,11%); excesso nas aberturas de créditos adicionais suplementares; não recolhimento contribuições previdenciárias patronais ao regime (ago/nov-2012); quadro de pessoal (cargos em comissão elevados)</p>
Bom Sucesso de Itararé	1484/026/11	<p>Fundeb (99,06%)</p>	2073/026/12	<p>Magistério (59,71%); "ppp"; "leis de acesso à informação e da transparência fiscal"; "c.i."; "resultados financ., econ. E saldo patrimonial"; "da"; "ensino"; "saúde"; "royalties"; "demais despesas elegíveis para análise"; "gastos com combustíveis"; "almoxarifado"; "ocp"; "licitações"; "execução contratual"; "coleta e disposição de rejeitos e resíduos sólidos"; "análise do cumprimento das exigências legais"; "livros e registros"; "fidedignidade dos dados informados ao sistema audeps"; "qp"; "TCE"</p>

Município	TC 2011	Motivos 2011	TC 2012	Motivos 2012
Brodowski	1275/026/11	Precatórios(liquidação de parte dos requisitórios de baixa monta); falta de recolhimento do total das contribuições ao inst.previd.munic.; déficit financeiro; aumento dívida curto prazo; crescimento da dívida ativa	1864/026/12	Ensino (24,82%); magistério (56,77%); déficit da execução orçamentária (17,23%) que elevou o déficit financeiro; resultado econômico negativo; redução da situação patrimonial; aumento da dívida de longo prazo; falta de contribuição previdenciária ao regime próprio de previdência social; artigo 42 da LRF; despesas com publicidade e propaganda; falhas nos itens: planejamento das políticas públicas; dívida ativa; saúde; registro dos precatórios no balanço patrimonial; gastos com combustíveis; bens patrimoniais; ocp; formalização das licitações, dispensas e inexigibilidades; análise do cumprimento das exigências legais; TCE
Buri	1084/026/11	Fundeb (96%); magistério (58,51%)	1673/026/12	Encargos sociais (falta de recolhimento à previdência municipal)
Cajamar	0906/026/11	Déficit orçamentário, acarretando déficit financeiro; encargos sociais (recolhimento a menor em favor do instituto local)	1495/026/12	Déficit orçamentário (3,46%); resultado financeiro deficitário; diminuição do resultado patrimonial; elevação da dívida de curto prazo; art. 42/LRF; falta de recolhimento de encargos ao inst. Previd. Local; outros que isoladamente não são graves, mas qdo somados às demais irregularidades contribuíram para o parecer desfavorável
Campinas	0907/026/11	Ensino (24,88%); fundeb (95,77%);precatórios (não pagamento da totalidade e ausência de controle do saldo)	1496/026/12	Ensino global (24,57%); fundeb (93,68%)

Município	TC 2011	Motivos 2011	TC 2012	Motivos 2012
Campo Limpo Paulista	0908/026/11	Ensino global (24,94%); fundeb (96,62%); precatórios; não contabilização das alterações patrimoniais (inscrição e cancelamento da dívida ativa, entrada e saída de materiais do almoxarifado e incorporação e baixa de bens móveis, outras movimentações); ausência dos requisitos necessários à concessão de benefícios fiscais (anistia de juros de mora e multa moratória para os débitos tributários)	1497/026/12	Déficit (3,69% sem amparo financeiro e 05 alertas do TCE sobre descompasso financeiro); abertura de créditos adicionais por excesso de arrecadação; aumento das dividas de curto e de longo prazo; descontrole das finanças (em desconformidade art. 1º, § 1º, LRF); precatórios
Carapicuíba	1093/026/11	Duodécimos a maior (5,92%)	1682/026/12	Embargos: conhecido e provido -? Reformado ou mantido - ata de 06/03/15 precatórios
Cassia dos Coqueiros	1286/026/11	Excessivas aberturas de créditos suplementares, ignorando as peças de planejamento	1875/026/12	Fundeb (93,48%); transposição, remanejamento e transferências de dotações sem lei específica; falta de controle dos gastos com combustíveis; artigo 42 da LRF; empenhos superiores a um duodécimo
Fartura	1111/026/11	Precatórios (pagamento e registro no bp); déficit (insuficiência de arrecadação de 10,88% e abertura de créditos adicionais s/ lastro financeiro) ; resultado financeiro; demais despesas (adiantamentos); ensino(não%); saúde (não%) ; planejamento das políticas públicas; dívida de curto prazo; royalties; ocp; licitações e contratos; quadro de pessoal; TCE; outros	1700/026/12	Fundeb (98,77%); precatórios; artigo 42 da LRF; empenhamento de mais de um duodécimo do orçamento no último mês de mandato; déficit orçamentário (2,14%) que influenciou o déficit financeiro
Ferraz de Vasconcelos	1302/026/11	Fundeb (89,98%); precatórios; dívida ativa (diferença nos cancelamentos); multas de trânsito (não demonstrada a correta aplicação) excluído: ensino global (24,06% para 25,01%);	1891/026/12	Fundeb (87,25%); precatórios (ausência de pagamento); despesas com publicidade e propaganda; empenhado mais do que um duodécimo da despesa no orçamento; alterações salariais

Município	TC 2011	Motivos 2011	TC 2012	Motivos 2012
Ibiúna	1124/026/11	Magistério (55,01%); fundeb (78,28%); precatórios	1713/026/12	Ensino (24,37%); magistério (31,93%); fundeb (50,90%); pessoal (61,02%); 180 dias; déficit (35,26%); déficit financeiro; precatórios; encargos sociais (inss e fgts); art. 42 LRF/restos a pagar; aumento da dívida de longo prazo; aumento da dívida ativa; abertura de créditos adicionais, transferências/remanejamentos/transposição; demais itens; planejamento da políticas públicas; controle interno; gastos com combustível; tesouraria; bens patrimoniais; ocp; licitação; contrato; fidedignidade dos dados ao audep; quadro de pessoal; TCE e outros
Itapirapuã Paulista	1489/026/11	Precatórios; balanço patrimonial; duodécimos acima do limite constituc;; falhas no sist. De controle interno, inadequação ppp; crédito adicionais sem lastros; aumento da d.a.; déficit financeiro; resultado econômico negativo e diminuição da situação patrimonial; falta de liquidez para pagamentos de curto prazo; diferença qto ao repasse do fpm; falta de fidedignidade de dados informados sistema audep; diferenças entre saldos bancários e contábeis	2078/026/12	Ata de 11/10/14 tc-2078/026/12
Itararé	1141/026/11	Fundeb (97,46% alterado para 99,83%-não utilização do total da parcela diferida); abertura de créditos suplementares acima do previsto	1730/026/12	Déficit orçamentário; aumento da dívida de curto prazo; déficit econômico; diminuição patrimonial; compensações previdenciárias; inadimplência de termo de parcelamento firmado com inss; desatendimento art. 73, viii e vi, "b" (reajustes salariais); empenho com publicidade e propaganda

Município	TC 2011	Motivos 2011	TC 2012	Motivos 2012
Itatinga	1143/026/11	Fundeb(96,99%); precatórios; déficit(15,49%);créditos suplementares; aumento dívida curto prazo; resultados financeiro econômico e patrimonial em desequilíbrio	1732/026/12	Déficit orçamentário (4,77%); resultado financeiro negativo (30%); aumento dívida de curto prazo; redução da situação patrimonial; precatórios (falta de pagamento); LRF; falta de recolhimento de encargos ao regime geral de previd. Social, bem como ao regime próprio de previd. Social; e outras que por sí só não comprometem os demonstrativos, mas contribuem para o parecer desfavorável
Ituverava	1321/026/11	Precatórios	1910/026/12	Art. 42 LRF; fundeb (92,81%); ocp; precatórios; encargos sociais (recolhimento ao fundo); déficit orçamentário
Jandira	1145/026/11	Precatórios; fundeb; déficit	1734/026/12	Encargos sociais; precatórios; artigo 42 LRF/restos a pagar; despesas com publicidade e propaganda; déficit (9,22%); déficit financeiro; falta de controle sobre o quadro de pessoal
Juquitiba	1149/026/11	Precatórios	1738/026/12	Ensino global (24,16%); fundeb (99,69%); precatórios (pagamento e quebra de ocp); artigo 42 da LRF/restos a pagar; encargos (ausência de recolhimento dof gts de novembro e dezembro); despesas com publicidade e propaganda; empenhou a mais do que um duodécimo da despesa orçada;; déficit orçamentário (2,42%)
Laranjal Paulista	1150/026/11	Fundeb (98,04%); educação (não atingiram metas estabelecidas pelo ideb para alunos do ensino fundamental); saúde (taxa de mortalidade acima do observado na região)	1739/026/12	Compensação de contribuição previdenciária unilateral; fundeb (99,79%); déficit orçamentário (16,87%); déficit financeiro e econômico; decrescimento do saldo patrimonial; excesso de abertura de créditos suplementares

Município	TC 2011	Motivos 2011	TC 2012	Motivos 2012
Limeira	0967/026/11	Cargos em comissão contrariando art.37, v, de cf/88; tesouraria (grave descontrolo no setor; ausência de conciliação bancária); licitações e execução contratual (irregularidades); uso excessivo créditos suplementares	1556/026/12	Despesa com publicidade e propaganda; artigo 42 da LRF; dívida de curto prazo (cancelamento de empenhamento); tesouraria (aplicação de disponibilidade em banco não oficial; divergências não conciliadas entre extrato bancários e saldos informados no audesp); fundeb (99,98%)
Mairinque	1156/026/11	Transferência para câmara(7,26%) ; déficit orçamentário; saldo financeiro negativo do exercício anterior	1745/026/12	Art. 42 LRF; ensino global (24,38%); fundeb (96,54%); déficit financeiro; resultado orçamentário negativo; cancelamento de restos a pagar; precatórios
Mauá	1338/026/11	Ensino global (18,26%); cide (não aplicação dos recursos)	1927/026/12	Ata de 05/02/15 - tc-1927/12
Miguelópolis	1339/026/11	Recursos do fundeb (99,58%); déficit orçamentário (4,75%); pessoal (57,46%); abertura de créditos adicionais com valor correspondente a receita prevista; elevação da dívida de curto e longo prazo; recolhimento parcial das parcelas devidas ao instituto de previdência e falta de pagamento das parcelas de 2011; pagamento parcial dos precatórios; outras	1928/026/12	Ata de 31/10/14 - tc-1928/026/12
Mogi Guaçu	1344/026/11	Peças contábeis não confiáveis; cancelamento/falta de empenho em boa parte dos valores devidos ao inss	1933/026/12	Déficit orçamentário (4,38%); resultados financeiro, econômico e patrimonial negativos; encargos sociais (inss, fgts e pasep); crescimento dívida de curto prazo; art. 42/LRF; alterações orçamentárias, transposição, remanejamento e transferência (111,55%) ; ensino global (23,82%); ausência de controle de gastos com combustível; despesas com publicidade

Município	TC 2011	Motivos 2011	TC 2012	Motivos 2012
Mongaguá	1165/026/11	Precatórios (insuficiente depósito/pagamentos)	1754/026/12	Execução orçamentária (0,51% - em virtude da análise do déficit econômico-financeiro); dívida de curto prazo; artigo 42 LRF; precatórios; encargos sociais; despesas com publicidade e propaganda
Nova Campina	1491/026/11	Precatórios	2080/026/12	Precatórios (insuficiente pagamento); não recolhimento de encargos sociais
Orlândia	1358/026/11	Não recolhimento integral e oportuno das contribuições previdenciárias a favor do inst. Prev. Serv. Municipais-	1947/026/12	Ensino global (23,20%); fundeb (92,40%); despesa com publicidade e propaganda; empenhamento de despesa além do permitido (§1º, art. 59, 4320/64); déficit orçamentário e financeiro; artigo 42 LRF/restos a pagar; encargos sociais (não recolheu integralmente)
Osasco	0996/026/11	Fundeb; ensino(não%); créditos suplementares; não implantação dos planos mun.saneamento básico e de gestão integrada de resíduos sólidos; quadro de pessoal (excesso h-e); multas de trânsito; TCE; audep	1585/026/12	Ensino global (24,58%); controle interno; encargos sociais; tesouraria/almojarifado/bens patrimoniais; ocp; licitações e contratos; TCE
Panorama	1178/026/11	Tesouraria: registros de saldos negativos no caixa da pm; pendências em contas bancárias sem justificativa; conciliações bancárias com valores a serem realizados; indisponibilidade financeira da ordem de r\$ 1.117.105,46; afronta aos princípios da evidência e transparência nos registros contábeis	1767/026/12	Ensino global (24,61%); fundeb (93,01%); execução orçamentária (4,66); precatórios ; encargos sociais; art 42 LRF/restos a pagar; itens: lei de acesso à informação e de transparência fiscal; controle interno; subsídios dos agentes; gastos com combustíveis; tesouraria; bens patrimoniais; ocp; execução contratual; análise do cumprimento das exigências legais; livros e registros; TCE

Município	TC 2011	Motivos 2011	TC 2012	Motivos 2012
Paranapanema	1180/026/11	Fragilidade fiscal (déficit orçamentário 4,61%, seguidos resultados financeiros negativos, excesso de abertura de créditos suplementares); encargos sociais; lapsos no planejamento municipal	1769/026/12	Art. 42/LRF; déficit orçamentário e financeiro; aumento do endividamento; encargos (parte dos valores devidos ao inss, à previd. Municipal e ao fgts); royalties; constante dispêndio com multas e juros pelo atraso no pagamento das obrigações
Pereira Barreto	1002/026/11	Precatórios; falha afastada: quadro de pessoal (servidores ocupando cargos de natureza técnica, em regime de comissão)	1591/026/12	Gastos com publicidade (art,73,vii, lei eleitoral); empenho de despesas acima do previsto (art.59,§1º, lf 4320/63); dívida previdenciária; falta de pagamento integral do saldo de precatórios - excluído: quadro de pessoal/cargosem comissão
Piracicaba	1005/026/11	Ensino global (24,32%)	1594/026/12	Fundeb (99,98%); 180 dias
Pirapora do Bom Jesus	1007/026/11	Magistério (52,98%); fundeb (88,43%); pessoal (57,39%); déficit orçamentário (6,16%), ampliando o déficit financeiro; aumento da dívida de curto prazo; duodécimos (7,84%); falta de recolhimento regular dos valores devidos à previdência local; abertura de créditos adicionais (50,26%)	1596/026/12	Ensino global (22,65%); magistério (56,95%); fundeb (90,70%); pessoal (55,66%); encargos sociais (falta de recolhimento à previdência local); precatórios; art.42-LRF/restos a pagar; despesas com publicidade; transferência à cm; déficit orçamentário(8,59%)
Pontal	1377/026/11	Déficit orçamentário; resultado financeiro e econômico; dívidas de curto e longo prazo; deficiência financeira frente aos restos a pagar; LRF; encargos sociais; ocp; licitações/contratos; TCE; audep; outros	1966/026/12	Déficit orçamentário (7,62%); saldo financeiro negativo; aumento da dívida de curto prazo; art. 42/LRF; pessoal (57,34%); precatórios; compensação previdenciária sem autorização admin/judicial (inss); não recolhimento do fgts; alteração da remuneração dos servidores em período eleitoral; ppp; fiscalização das receitas; dívida ativa; LRF; saúde (não%); tesouraria/almojarifado/bens patrimoniais; ocp; execução do servidos do sb e disposição final de resíduos sólidos; análise do

Município	TC 2011	Motivos 2011	TC 2012	Motivos 2012
				cumprimento das exigências legais; audeps; pessoal (não%); ensino (não%); quadro de pessoal; TCE
Pradópolis	1379/026/11	Fundeb (99,65%); magistério (59,67%); execução contratual; não cumprimento das exigências legais; falta de consonância dos dados informados ao sistema audeps	1968/026/12	LRF/restos a pagar (art. 42); gastos com publicidade (art. 73, vii, lei eleitoral)
Restinga	1382/026/11	Ensino global (24,81%); magistério (59,17%); fundeb (96,4%); cargos em comissão (reincidente); ocp (reincidente)	1971/026/12	Pessoal (60,77%); aumento da despesa com pessoal nos últimos 180 dias de mandato; magistério (55,37%); déficit orçamentário (3,73%); déficit financeiro; aumento da dívida de curto e longo prazo; abertura de créditos adicionais, transferências, remanejamentos e transposição (35,24%); falhas em diversos itens
Ribeira	1208/026/11	Resultado orçamentário e financeiro deficitários; aumento da dívida de curto e longo prazo; insuficiência financeira frente aos restos a pagar; LRF (artigo 1º, § 1º); alertas do TCE e nenhuma providência eficaz adotada; abertura de créditos adicionais (27,51%); encargos sociais (fgts: 165 parcelas não contabilizadas em dívida fundada); precatórios (envio de informação sobre precatório, porém inexistia); planejamento das políticas públicas; fiscalização das receitas; ensino; saúde; royalties; demais despesas para análise; tes/almox/patrimônio; ocp; falhas de instrução; contratos examinados 'in loco'; execução contratual; análise do cumprimento das exigências legais; livros e registros; fidedignidade dos	1797/026/12	Déficit orçamentário (21,86%); resultado econômico, financeiro e patrimonial negativo; encargos sociais; art.42-LRF; empenho de mais do que um duodécimo da despesa; art. 21 LRF (180 dias); gastos com publicidade e propaganda

Município	TC 2011	Motivos 2011	TC 2012	Motivos 2012
		dados informados ao sistema audeps; pessoal; TCE		
Ribeirão Branco	1209/026/11	Fundeb(95,67%)	1798/026/12	Fundeb (95,04%); encargos sociais (compensação unilateral de créditos previdenciários); déficit orçamentário que reverteu o saldo financeiro disponível e impôs a falta de liquidez para o pagamento de despesas de curto prazo
Sarapuí	1230/026/11	Precatórios; admissão no 3º trimestre, sendo que no 2º a despesa com pessoal havia extrapolado o limite (art. 20.iii, b, LRF); divergências e omissões na escrituração contábil e nos registros financeiros	1819/026/12	Ensino global (24,06%); precatório; panejamento das políticas públicas; lei de acesso e transparência fiscal; controle interno; dívida ativa; formalização licitações/contratos; análise do cumprimento das exigências legais; fidedignidade ao audeps; q.p.; TCE; denúncias/representações; saúde (não%)
Serrana	1419/026/11	Precatórios; fundeb; encargos sociais	2008/026/12	Déficit orçamentário (1087%); resultado financeiro deficitário; aumento dos restos a pagar; dívida de curto e longo prazo cresceu; endividamento total da pm; LRF; pessoal (54,45%); fundeb (92,62%); precatórios; encargos sociais (ausência de recolhimento do inss e à previdência própria; artigo 42 da LRF; falhas nos itens: a1; a2; a3; b.1.5; b.1.5.1; b.1.6; b.5.2; b.5.3; b.6; b.8; c.2.3; c.2.4; d.1; d.2; d.3.1; d.5
Sertãozinho	1421/026/11	Transferência à câmara (6,43%)	2010/026/12	Artigo 42 LRF; despesas com publicidade e propaganda; déficit orçamentário (8,16%); déficit financeiro

Município	TC 2011	Motivos 2011	TC 2012	Motivos 2012
Sumaré	1045/026/11	Déficit orçamentário (3,24%) que interferiu negativamente nos demais resultados, principalmente no financeiro; falta de recolhimento de encargos sociais; ocp; dívida de curto prazo	1634/026/12	Ensino global (18,18%); fundeb (82,20%); artigo 42 da LRF; encargos sociais (não pagamento); déficit orçamentário (9,51% agravada pelas excessivas modificações no planejamento de médio e longo prazo); licitação e execução contratual
Turiúba	1049/026/11	Ausência de recolhimento dos encargos sociais ao ipremt - instituto de previdência do município (funcionários e patronal)	1638/026/12	Artigo 42 LRF/restos a pagar;despesa de publicidade e propaganda; déficit orçamentário (9,17%); falta de recolhimento de encargos sociais;resultado financeiro/econômico/patrimonial;elevação da dívida de curto e de longo prazo; LRF
Valinhos	1056/026/11	Precatórios; licitação; fundeb (99,78%); excessiva abertura de créditos suplementares; pagamento de verbas rescisórias a servidores comissionados	1645/026/12	Pessoal (55%); encargos sociais (não recolhimento da parte patronal ao regime geral de previdência); precatórios; art. 42 LRF; 180 dias; despesas com publicidade; déficit (12%); déficit financeiro
Vargem	1457/026/11	Fundeb (91,01%)	2046/026/12	Ensino global (24,73%); fundeb (99,42%); precatórios; despesas com publicidade (73, vi, b e vii, lei eleitoral); ausência de defesa
Várzea Paulista	1058/026/11	Não pagamento das contribuições à previdência municipal dentro do exercício; ocp (sem defesa e reincidente); déficit orçamentário (6,69%); resultados financeiro e econômico negativos; aumento dívida de curto e longo prazo	1647/026/12	Fundeb (92,52%); déficit orçamentário (32,84%); déficit financeiro; dívida curto prazo; alterações orçamentária (22,37%); art. 42/LRF; precatórios de baixa monta; pessoal (54,65%); gastos com publicidade; itens que reforçam conclusão desfavorável

Município	TC 2011	Motivos 2011	TC 2012	Motivos 2012
Viradouro	1439/026/11	Déficit orçamentário (6,31%) aumentando o déficit financeiro; falta de controle e comprovação de horas extras pela prestação de serviços de orientador de público; cheques nominais à prefeitura endossados e descontados na boca do caixa, sem comprovação dos pagamentos realizados ; aquisição de combustíveis sem o prévio certame licitatório	2028/026/12	Encargos sociais; déficit (4,69%); dívida de curto prazo; ;licitação (celebração de contrato por inexigibilidade de forma irregular); contratos (pagamento de serviços não realizados); falhas nos itens: planejamento das políticas públicas; lei de acesso à informação; controle interno (excluído: despesas com publicidade e propaganda; despesas sem certame licitatório (gastos com combustíveis)
Álvaro de Carvalho	875/026/11	Elevado déficit, fundo de previdência municipal, precatório, outras irregularidades	1464/026/12	Elevado déficit, precatório
Arandu	1070/026/11	Elevado déficit, fundo de previdência municipal, outras irregularidades	1659/026/12	Elevado déficit, LRF/restos a pagar

Município	TC 2011	Motivos 2011	TC 2012	Motivos 2012
Arealva	884/026/11	Educação, magistério, outras irregularidades	1473/026/12	Educação fundamental, outras irregularidades
Balbinos	889/026/11	Educação, outras irregularidades	1478/026/12	Educação fundamental, fundo de previdência municipal, LRF/restos a pagar, outras irregularidades
Bom Jesus dos Perdões	1273/026/11	Elevado déficit, LRF/restos a pagar	1862/026/12	Outras irregularidades
Borebi	1441/026/11	Outras irregularidades	2030/026/12	Educação fundamental, gastos com pessoal, outras irregularidades

Município	TC 2011	Motivos 2011	TC 2012	Motivos 2012
Cananeia	1089/026/11	Precatório, outras irregularidades	1678/026/12	Elevado déficit, gastos com pessoal, LRF/restos a pagar, precatório, outras irregularidades
Cosmorama	919/026/11	Outras irregularidades	1508/026/12	Outras irregularidades
Dolcinópolis	921/026/11	Educação, outras irregularidades	1510/026/12	Educação, precatório, outras irregularidades
Echaporã	1106/026/11	Precatório	1695/026/12	Precatório, outras irregularidades

Município	TC 2011	Motivos 2011	TC 2012	Motivos 2012
Euclides da Cunha Paulista	1450/026/11	Educação, gastos com pessoal, precatório, outras irregularidades	2039/026/12	Elevado déficit, LRF/restos a pagar, outras irregularidades
Iepê	1125/026/11	Livros contábeis/contabilidade, precatório, outras irregularidades	1714/026/12	Livros contábeis/contabilidade, elevado déficit, precatório outras irregularidades
Igaraçu do Tietê	944/026/11	Livros contábeis/contabilidade, gastos com pessoal, outras irregularidades	1533/026/12	Elevado déficit, fundo de previdência municipal, outras irregularidades
Iguape	1126/026/11	Livros contábeis/contabilidade, elevado déficit, precatório	1715/026/12	Educação fundamental, elevado déficit, precatório, outras irregularidades

Município	TC 2011	Motivos 2011	TC 2012	Motivos 2012
Irapuã	949/026/11	Magistério, elevado déficit, LRF/restos a pagar, precatório, outras irregularidades	1538/026/12	Precatório, outras irregularidades
Itapuí	953/026/11	Livros contábeis/ contabilidade, educação fundamental, magistério, elevado déficit, LRF/restos a pagar, precatório, outras irregularidades	1542/026/12	Educação fundamental, magistério, elevado déficit, precatório, outras irregularidades
Macaubal	972/026/11	Educação fundamental, outras irregularidades	1561/026/12	Elevado déficit, LRF/restos a pagar, precatório, outras irregularidades
Macedônia	973/026/11	Educação fundamental, precatório	1562/026/12	Elevado déficit, LRF/restos a pagar, precatório, outras irregularidades

Município	TC 2011	Motivos 2011	TC 2012	Motivos 2012
Manduri	1157/026/11	Educação, elevado déficit, outras irregularidades	1746/026/12	Educação, gastos com pessoal, outras irregularidades
Maracá	1159/026/11	Outras irregularidades	1748/026/12	Gastos com saúde
Mesópolis	1460/026/11	Fundo de previdência municipal, outras irregularidades	2049/026/12	Elevado déficit, LRF/restos a pagar
Palmares Paulista	1360/026/11	Gastos com pessoal	1949/026/12	Outras irregularidades

Município	TC 2011	Motivos 2011	TC 2012	Motivos 2012
Palmital	1177/026/11	Precatório	1766/026/12	Elevado déficit, LRF/restos a pagar, outras irregularidades
Paranapuã	998/026/11	Educação fundamental	1587/026/12	Elevado déficit, outras irregularidades
Pontes Gestal	1011/026/11	Gastos com saúde	1600/026/12	Elevado déficit, LRF/restos a pagar, precatório, outras irregularidades
Rubineia	1024/026/11	Fundo de previdência municipal, outras irregularidades	1613/026/12	LRF/restos a pagar, precatório

Município	TC 2011	Motivos 2011	TC 2012	Motivos 2012
Santo Expedito	1221/026/11	Magistério, outras irregularidades	1810/026/12	Fundo de previdência municipal, precatório
Sete Barras	1232/026/11	Elevado déficit, precatório, outras irregularidades	1821/026/12	Elevado déficit, LRF/restos a pagar, outras irregularidades
Ubarana	1463/026/11	Educação, educação fundamental, elevado déficit, gastos com pessoal, outras irregularidades	2052/026/12	Educação fundamental, magistério, elevado déficit, gastos com pessoal, LRF/restos a pagar, precatório, outras irregularidades
Ubatuba	1436/026/11	Livros contábeis/contabilidade, outras irregularidades	2025/026/12	Elevado déficit, outras irregularidades

Município	TC 2011	Motivos 2011	TC 2012	Motivos 2012
União Paulista	1051/026/11	Outras irregularidades	1640/026/12	Educação fundamental, elevado déficit, LRF/restos a pagar, precatório
Vera Cruz	1249/026/11	Educação, educação fundamental, outras irregularidades	1838/026/12	Precatório, outras irregularidades

V – CLASSIFICAÇÃO DOS MUNICÍPIOS PELO NÚMERO DE ALERTAS:

Quanto ao número de alertas por município a situação dos trinta maiores é a seguinte:

Tabela 13 – Maior número de alertas por município – 2011

MUNICÍPIO – 2011	DF / UR	NÚMERO DE ALERTAS	TOTAL DE MOTIVOS DO PARECER DESFAVORÁVEL
SÃO VICENTE	UR-20	30	
FRANCISCO MORATO	DF-05	30	
SANTO ANDRÉ	DF-04	29	
BARRA DO CHAPÉU	UR-16	29	1
SÃO MANUEL	UR-02	28	
MARÍLIA	UR-05	28	
RIBEIRÃO PIRES	UR-20	28	
AVANHANDAVA	UR-01	27	
MAGDA	UR-01	27	
ESTRELA D'OESTE	UR-11	27	
EMBU DAS ARTES	DF-07	27	
SUMARÉ	UR-03	26	3
PIRACICABA	UR-10	26	1
ANALÂNDIA	UR-10	26	
TABAPUÃ	UR-08	25	
MANDURI	UR-02	25	
HORTOLÂNDIA	UR-03	25	
ITAQUAQUECETUBA	DF-04	25	
CAÇAPAVA	UR-07	25	
GUARULHOS	DF-08	25	
CERQUILHO	UR-09	25	
ITAPIRA	UR-19	25	
ALUMÍNIO	UR-09	25	
ITOBI	UR-19	25	
JOÃO RAMALHO	UR-05	25	
SARAPUÍ	UR-09	24	2
TAQUARIVAÍ	UR-16	24	
SANTO ANASTÁCIO	UR-05	24	
SÃO LUIS DO PARAÍTINGA	UR-14	24	
MIGUELÓPOLIS	UR-17	24	3

Nota: Foi considerada a distribuição dos municípios em vigor em 2013

Tabela 14 – Maior número de alertas por município – 2012

MUNICÍPIO – 2012	DF / UR	NÚMERO DE ALERTAS	TOTAL DE MOTIVOS DO PARECER DESFAVORÁVEL
PIRAPORA DO BOM JESUS	DF-09	57	6
PROMISSÃO	UR-01	53	
JÚLIO MESQUITA	UR-04	53	
INDIANA	UR-05	52	
ÁLVARO DE CARVALHO	UR-04	52	
PIRACICABA	UR-10	51	1
OSASCO	DF-02	51	4
AMERICANA	UR-03	51	4
MORRO AGUDO	UR-17	50	
RIBEIRÃO DOS ÍNDIOS	UR-05	50	
SÃO VICENTE	UR-20	50	1
MARÍLIA	UR-05	50	
RIBEIRÃO PIRES	UR-20	49	4
JABOTICABAL	UR-06	49	
MOMBUCA	UR-03	48	
PRATÂNIA	UR-02	48	
ITUVERAVA	UR-06	48	4
ATIBAIA	UR-03	48	1
CASA BRANCA	UR-10	48	
MIGUELÓPOLIS	UR-17	47	1
FRANCISCO MORATO	DF-05	47	2
CANANÉIA	UR-12	47	
SANTA BRANCA	UR-07	46	
VÁRZEA PAULISTA	UR-03	46	3
URÂNIA	UR-11	46	
ASSIS	UR-04	46	
BRAÚNA	UR-01	46	3
FERNANDÓPOLIS	UR-08	46	
BARRETOS	UR-08	46	
ITUVERAVA	UR-06	48	4

Nota: Foi considerada a distribuição dos municípios em vigor em 2013

VI – CLASSIFICAÇÃO DE MUNICÍPIOS QUANTO AO NÚMERO DE MOTIVOS PARA O PARECER DESFAVORÁVEL

Quanto ao número total de motivos para o parecer desfavorável a situação dos trinta maiores é a seguinte:

Tabela 16 – Maior número de motivos do parecer desfavorável por município – 2011

MUNICÍPIO – 2011	DF/UR	NÚMERO DE ALERTAS	TOTAL DE MOTIVOS DO PARECER DESFAVORÁVEL
BEBEDOURO	UR-06	17	6
AGUAÍ	UR-19	15	6
BIRIGUI	UR-01	17	6
ALUMÍNIO	UR-09	25	6
PANORAMA	UR-15	12	6
ARAÇARIGUAMA	UR-09	4	6
RIBEIRA	UR-16	14	6
OSASCO	DF-02	10	5
PIRAPORA DO BOM JESUS	DF-09	13	4
CAMPINA DO MONTE ALEGRE	UR-16	16	4
BARRINHA	UR-06	7	4
MONTE MOR	UR-03	19	4
AMERICANA	UR-03	2	4
BRODOWSKI	UR-06	16	4
RESTINGA	UR-17	15	4
SUMARÉ	UR-03	26	3
MIGUELÓPOLIS	UR-17	24	3
CAMPO LIMPO PAULISTA	UR-03	18	3
NHANDEARA	UR-01	14	3
ALAMBARI	UR-09	19	3
LIMEIRA	UR-10	22	3
PARANAPANEMA	UR-16	16	3
PONTAL	UR-06	14	3
AMÉRICO BRASILIENSE	UR-13	15	3
ORLÂNDIA	UR-17	22	3
PRADÓPOLIS	UR-06	18	3
FARTURA	UR-16	17	3
APIAÍ	UR-16	16	3
PEREIRA BARRETO	UR-15	10	3
SERRANA	UR-06	15	3

MOTIVOS: Educação, Déficit, Precatórios, Pessoal, Magistério, LRF, Restos a Pagar, Livros/Contabilidade, Saúde, Ed. Fundamental, Previdência, Outras irregularidades.

Tabela 17 – Maior número de motivos do parecer desfavorável por município – 2012

MUNICÍPIO – 2012	DF/UR	NÚMERO DE ALERTAS	TOTAL DE MOTIVOS DO PARECER DESFAVORÁVEL
SUZANO	DF-09	27	6
PIRAPORA DO BOM JESUS	DF-09	57	6
PINDORAMA	UR-13	27	6
BERTIOGA	UR-20	34	6
PONTAL	UR-06	33	6
BRODOWSKI	UR-06	41	6
TUPI PAULISTA	UR-15	36	6
IBIUNA	UR-09	40	5
VOTORANTIM	UR-09	25	5
SANTA BÁRBARA D'OESTE	UR-03	44	5
AVANHANDAVA	UR-01	42	5
DUMONT	UR-06	43	5
JARINU	UR-03	30	5
ITIRAPINA	UR-10	38	5
JUQUITIBA	DF-02	42	5
JAGUARIÚNA	UR-03	29	5
LUIS ANTONIO	UR-06	30	5
JANDIRA	DF-05	39	5
VIRADOURO	UR-06	31	5
OSASCO	DF-02	51	4
AMERICANA	UR-03	51	4
RIBEIRÃO PIRES	UR-20	49	4
ITUVERAVA	UR-06	48	4
ITUVERAVA	UR-06	48	4
LEME	UR-10	41	4
VALINHOS	UR-03	41	4
MAIRINQUE	UR-09	38	4
RIBEIRA	UR-16	38	4
SANTA CRUZ DA CONCEIÇÃO	UR-10	36	4
MONGAGUÁ	UR-20	32	4

MOTIVOS: Educação, Déficit, Precatórios, Pessoal, Magistério, LRF, Restos a pagar, Livros/contabilidade, Saúde, Ed. Fundamental, Previdência, Outras irregularidades.

Observação: Este trabalho foi elaborado a partir de dados extraídos das bases administradas pelo AUDESP e DSFs I e II, razão pela qual, pequenas variações de valores podem surgir quando comparado às estatísticas do Resultado Anual de Julgados do TCESP.

APÊNDICE – Número de alertas por municípios – DF-02, DF-04 e UR-08 – 2011 e 2012

2011	Alertas	2012	Alertas
UR-08	704	UR-08	1563
ADOLFO	10	ADOLFO	27
ALTAIR	13	ALTAIR	30
BADY BASSITT	11	BADY BASSITT	29
BÁLSAMO	13	BÁLSAMO	31
BARRETOS	21	BARRETOS	46
CAJOBI	12	CAJOBI	24
CATANDUVA	16	CATANDUVA	35
CATIGUÁ	17	CATIGUÁ	28
CEDRAL	9	CEDRAL	27
COLÔMBIA	11	COLÔMBIA	30
COSMORAMA	6	COSMORAMA	36
ELISIÁRIO	18	ELISIÁRIO	43
EMBAÚBA	14	EMBAÚBA	34
FERNANDÓPOLIS	23	FERNANDÓPOLIS	46
GUAPIAÇU	14	GUAPIAÇU	23
GUARACI	18	GUARACI	17
IBIRÁ	16	IBIRÁ	37
ICEM	20	ICEM	28
IPIGUÁ	9	IPIGUÁ	31
IRAPUÃ	18	IRAPUÃ	37
JACI	11	JACI	25
JOSÉ BONIFÁCIO	14	JOSÉ BONIFÁCIO	36
MACAUBAL	10	MACAUBAL	24
MARAPOAMA	16	MARAPOAMA	33
MENDONÇA	13	MENDONÇA	29
MIRASSOL	11	MIRASSOL	41
MIRASSOLÂNDIA	11	MIRASSOLÂNDIA	44
MONTE APRAZÍVEL	20	MONTE APRAZÍVEL	31
NEVES PAULISTA	10	NEVES PAULISTA	16
NIPOÃ	4	NIPOÃ	32
NOVA ALIANÇA	19	NOVA ALIANÇA	41
NOVA GRANADA	8	NOVA GRANADA	35
NOVAIS	18	NOVAIS	32
OLÍMPIA	17	OLÍMPIA	43
ONDA VERDE	20	ONDA VERDE	36
ORINDIUA	23	ORINDIUA	21
PALESTINA	9	PALESTINA	37
PAULO DE FARIA	20	PAULO DE FARIA	23
POLONI	12	POLONI	32

2011	Alertas	2012	Alertas
POTIRENDABA	15	POTIRENDABA	29
SALES	13	SALES	21
SEBASTIANÓPOLIS DO SUL	11	SEBASTIANÓPOLIS DO SUL	40
SEVERÍNIA	18	SEVERÍNIA	32
TABAPUÃ	25	TABAPUÃ	31
TANABI	12	TANABI	33
UBARANA	13	UBARANA	28
UCHOA	16	UCHOA	39
UNIÃO PAULISTA	12	UNIÃO PAULISTA	39
URUPÊS	14	URUPÊS	21
DF-04	83	DF-02	49
ITAPECERICA DA SERRA	18	COTIA	10
ITAQUAQUECETUBA	25	FERRAZ DE VASCONCELOS	6
SANTO ANDRÉ	29	FRANCO DA ROCHA	13
SÃO LOURENÇO DA SERRA	11	JUQUITIBA	10
		OSASCO	10